



RELATÓRIO E CONTAS

2015



ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	3
BALANÇO.....	20
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	22
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	24
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO.....	26
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	29
ANEXO	31
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	51
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	53

Handwritten signature



Handwritten letter 'n'

RELATÓRIO DE GESTÃO

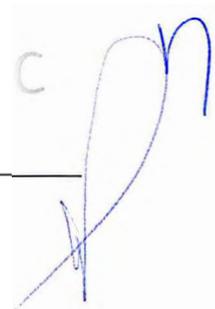


[Handwritten signature]
c
h
[Handwritten mark]

RELATÓRIO E CONTAS 2015

EX.^{MOS} SENHORES ACIONISTAS DA H-TECNIC CONSTRUÇÕES, LDA.:

No cumprimento das disposições legais e estatutárias vimos submeter à apreciação de V. Ex.^{as} o relatório de gestão, as demonstrações financeiras, bem como a proposta de aplicação de resultados relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015:

**RELATÓRIO DE GESTÃO****2015****1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SECTORIAL****1.1 A nível internacional**

A economia mundial manteve o ritmo de crescimento em 2015, embora com maior heterogeneidade entre regiões e países. De acordo com o FMI, o crescimento mundial situou-se em 3,1% em 2015, observando-se uma modesta mas contínua recuperação nas economias avançadas e uma desaceleração nas economias de mercado emergentes. Para 2016 e 2017 perspetivam-se taxas de crescimento do PIB mundial de 3,4% e 3,6%, respetivamente. No passado recente, a dinâmica de crescimento mais forte residia nas economias de mercado emergentes, contudo, em 2014 o crescimento das importações mundiais nestas economias aproximou-se das economias avançadas. Não obstante em 2015, se tenha verificado uma queda do nível de importações para as economias emergentes, prevê-se a longo prazo que as economias mais desenvolvidas se tornem novamente nos principais impulsionadores da atividade económica mundial.

A atividade económica nas economias desenvolvidas irá crescer 2,1% em 2016, o que se traduz num aumento de 0,2% face ao verificado em 2015. Esta evolução deveu-se principalmente à robustez do crescimento da economia dos EUA, bem como ao crescimento na Zona Euro e do Japão. A queda do preço do petróleo de forma acentuada desde Setembro de 2015, essencialmente relacionada com fatores originários do lado da oferta, terá contribuído para esta evolução. Assim, será expectável o contributo favorável da queda do preço do petróleo para a recuperação da economia mundial, através da redução dos custos de fatores de produção. Não obstante este crescimento será condicionado pelo reduzido investimento.

A atividade económica na Zona Euro recuperou moderadamente em 2015, com um crescimento do PIB de 1,5% no agregado do ano, representando um aumento de 0,6% face a 2014. Embora frágil, esta evolução positiva da atividade económica na Zona Euro refletiu (i) a recuperação da procura interna (com um forte consumo privado suportado por baixos preços do petróleo), (ii) condições financeiras progressivamente mais favoráveis, (iii) a melhoria da confiança dos agentes e (iv) a redução da incerteza, bem como um enquadramento externo mais favorável. Ainda cabe destacar que a recuperação da Zona Euro esconde situações diferentes ao nível dos vários países, em que se destaca o bom desempenho de Espanha e da Alemanha, seguida da recuperação económica de Itália e França.



n

É de salientar que já no decurso do ano de 2014, foram anunciadas medidas de estímulos à economia da União Europeia pelo Banco Central Europeu que se comprometeu a aumentar o seu balanço até 2016 em mais de 1 bilião de euros, através de compra de dívida pública dos Estados Membros. Esta medida visa estimular o crescimento da economia europeia e combater as reduzidas taxas de inflação que se têm registado, através da injeção de mais Euros nas economias dos Estados Membros (*quantitative easing*).

O PIB nos EUA cresceu 2,5% em 2015, face a 2,4% em 2014. Os EUA iniciaram o ano com um crescimento fraco, em grande parte devido ao inverno mais rigoroso. Contudo, tal evolução foi compensada por um crescimento robusto e acima das expectativas dos analistas durante o resto do ano, impulsionado pela procura interna. A manutenção dos preços baixos da energia e a redução dos custos do crédito contribuíram simultaneamente para o aumento das margens das empresas e para um reforço dos níveis de investimento. Em paralelo, as condições no mercado de trabalho melhoraram significativamente ao longo do ano. Por sua vez, a inflação manteve-se em níveis reduzidos devido à capacidade excedentária da economia, à queda dos preços das matérias-primas e à apreciação do dólar. Importa destacar ainda que a Reserva Federal mantém a taxa de juro de referência em mínimos históricos.

As economias de mercado emergentes apresentaram um abrandamento da atividade em 2015, registando-se um crescimento do PIB de 4%, após um crescimento de 4,6% em 2014. Esta evolução agregada tem subjacente uma diversidade de situações, sendo de realçar a evolução negativa do preço do petróleo, que teve um impacto desfavorável muito significativo nas economias dos mercados emergentes e em desenvolvimento, mais dependentes das exportações desta matéria-prima em particular e com economias muito pouco diversificadas, apresentando margem de manobra na política orçamental reduzida e maior vulnerabilidade externa. Os principais países que contribuíram para este abrandamento foram a Rússia, o Brasil e a China.

A Rússia e o Brasil encontram-se atualmente em recessão económica com decréscimos na ordem dos 3,7% e 3,8%, respetivamente, devido essencialmente à instabilidade política que se vive nos países. Por outro lado, a China também não foi exceção e registou um abrandamento do PIB para 6,9% em 2015 face aos 7,3% em 2014, em larga medida associado à fraca evolução do investimento.

A situação atual continua a ser marcada por uma elevada incerteza e por riscos significativos para a estabilidade financeira. Na Zona Euro é necessário que sejam reforçados e implementados os compromissos assumidos em 2013, de forma a assegurar uma maior integração financeira, económica e orçamental e a criação dos mecanismos necessários para interromper os efeitos de interação entre risco soberano e estabilidade financeira.



Observa-se que a economia global se encontra em transição de uma fase de recuperação económica para um período de crescimento mais lento, porém mais sustentável. Enquanto o crescimento na maioria dos países em desenvolvimento se debate com as limitações da sua capacidade produtiva, o crescimento nas economias desenvolvidas da Europa e Ásia Central é dificultado pelas reestruturações que estão em curso - as políticas a adotar deverão afastar-se do estímulo da procura de curto prazo em detrimento de políticas e medidas estruturais que promovam novos empregos e aumentem o potencial de oferta das economias.

1.2 A nível nacional

O ano de 2015 foi o primeiro ano sem o Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), o qual definiu as principais diretrizes da economia nacional desde Abril de 2011. O PAEF consistiu numa linha de financiamento estável disponibilizada por três instituições internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia), que pressupunha uma estratégia de ajustamentos dos desequilíbrios macroeconómicos da economia portuguesa e de aumento do seu potencial de crescimento. Os pressupostos do PAEF assentavam num conjunto de reformas estruturais destinadas a promover a competitividade da economia nacional, a consolidação durável das contas públicas e a estabilidade do sistema financeiro, com o conseqüente e desejável regresso de Portugal aos mercados financeiros.

A execução do Programa foi elogiada por diversos interlocutores das já referidas instituições credoras, uma vez que, ao fim de três anos, possibilitou o regresso de Portugal aos mercados financeiros externos, com a emissão de dívida soberana nacional. Atualmente, Portugal encontra-se sob um programa de monitorização pós-programa que verificará o cumprimento das reformas estruturais de longo prazo e dos pressupostos-base estipulados no PAEF, liderado pela Comissão Europeia e pelo Fundo Europeu de Estabilidade Financeira.

O ano de 2015 revelou a continuação do processo de ajustamento gradual dos desequilíbrios macroeconómicos, com a procura interna a ser o principal motor de crescimento, dando continuidade à tendência crescente que já se tem vindo a verificar em 2014 e no final de 2013.

O ano de 2015 revelou um crescimento económico de 1,5% face ao período homólogo. Estima-se que em 2016 e 2017 se registre um crescimento da atividade económica homóloga de cerca de 1,5% e 1,7%, respetivamente.

Os últimos dados revelados pelo Banco de Portugal em Março de 2016 (in Projeções para a Economia Portuguesa: 2016 2018) indicam que o consumo privado em 2015 manteve a sua tendência de crescimento, registando um aumento na ordem dos 2,6%, não obstante é expectável uma desaceleração do ritmo de



[Handwritten signature]
n

crescimento para 1,8% em 2016. Em 2015, o consumo privado beneficiou de uma evolução favorável do rendimento disponível real das famílias e uma melhoria nas expectativas quanto ao rendimento permanente. Em 2016, o consumo privado deverá evoluir em linha com o rendimento disponível real das famílias, num quadro de recuperação moderada do emprego, de moderação salarial no setor privado e de aceleração dos preços no consumidor.

Após vários anos de quedas sucessivas, o ano de 2015 marcou um ponto de viragem no comportamento do consumo público, uma vez que apresentou uma variação homóloga positiva na ordem dos 0,8%. Em 2016, é expectável que o crescimento deste indicador ronde os 1,1%. A política orçamental nacional em 2015, que se deverá prolongar pelo ano de 2016, revelou uma redução menos significativa do número de funcionários públicos e um aumento da despesa com a aquisição de bens e serviços.

O contributo da Formação Bruta de Capital Fixo para o crescimento do PIB foi fulcral uma vez que apresentou uma variação positiva de 3,7% face a 2014. A quebra do investimento sentida em anos anteriores é apontada como principal razão para a esperada e desejada renovação do *stock* de capital, que resultará em perspetivas mais favoráveis da procura. Corrigindo o efeito da venda de ativos corpóreos, prevê-se para 2016 a estabilização do peso do investimento público no PIB.

A procura interna cresceu 2,4% face a 2014 e é expectável que se verifique um crescimento mais reduzido em 2016 na ordem dos 1,4%. A moderação patente nas estimativas relacionadas com a procura interna justifica-se pelos condicionalismos impostos por um ainda elevado endividamento do sector privado e pelo processo de consolidação orçamental.

O crescimento das importações foi 7,3% em 2015, valor que advém de um forte crescimento em despesas relacionadas com o consumo de automóveis, o investimento em máquinas e equipamentos e as exportações de bens energéticos. Para 2016, perspectiva-se um crescimento de 2,1% em importações, uma vez que estas deverão evoluir de acordo com a elasticidade média histórica desta componente face à evolução da procura global ponderada pelos conteúdos importados.

Por seu turno, as exportações de bens e serviços mantiveram um crescimento importante, com um crescimento em torno de 5,1% no ano de 2015. O aumento das exportações reflete o redimensionamento dos produtores de bens exportados, uma maior diversificação geográfica e uma melhoria dos custos relativos. A partir de 2016, espera-se a manutenção de crescimento consoante a procura externa (taxa de crescimento de 2,2%), não se antecipando ganhos de quota de mercado significativos.



ic

n

A recuperação da atividade económica será pautada por uma evolução positiva mas contida da economia nacional, justificado com a continuação do processo de ajustamento da economia portuguesa e a recuperação moderada da economia mundial. O índice harmonizado de preços do consumidor em 2015 revelou esta mesma evolução com um registo de uma taxa de 0,5 pontos percentuais, e projeta-se a mesma taxa para o ano vindouro de 2016.

O desemprego irá continuar a contribuir negativamente para o crescimento do PIB nos próximos anos, continuando a ser particularmente expressivo (12,3% em 2015). Apesar de a taxa de desemprego em 2015 ter registado um decréscimo em cadeia ao longo do ano (caiu cerca de 12,6% face a 2014), para 2016, fruto da manutenção do processo de ajustamento económico e da conseqüente reafecção de recursos da estrutura produtiva dos sectores de bens não transacionáveis para os sectores de bens transacionáveis, espera-se ainda uma taxa de desemprego superior à estimada para a zona Euro (11,2%).

1.3 No sector da Construção Civil e Obras Públicas

O Setor da Construção em Portugal apresentou em 2015 uma evolução positiva assente no forte dinamismo do segmento imobiliário, após 13 anos consecutivos de quebras do seu volume de produção, verificando-se um crescimento de 3,0% do Valor Bruto de Produção (VBP), em resultado da evolução positiva de todos os seus segmentos de atividade.

O setor da Construção ficou assim marcado pela inversão da tendência recessiva de importantes indicadores que medem a evolução da atividade, nomeadamente, o Investimento em Construção e o Valor Acrescentado Bruto (VAB), que apresentaram crescimentos de, respetivamente, 4,1% e 3,7% em termos homólogos, em linha com o crescimento do PIB que rondou os 1,5% e do FBCF na ordem dos 3,7%.

O consumo de cimento no território nacional registou um aumento de 6,7%, em 2015, sinalizando uma provável inversão do ciclo de 7 anos consecutivos de quebras no consumo desta matéria-prima fundamental para o Setor.

O segmento de atividade da Construção Residencial registou uma evolução positiva da produção de 5%, destaca-se o forte aumento do montante das novas operações de crédito para aquisição de habitação (+74%). Já no que concerne à construção nova de habitação, verifica-se um expressivo aumento do licenciamento (+19%), após 15 anos consecutivos de redução no número de fogos licenciados. No mesmo sentido, o



[Handwritten signature in blue ink]

segmento da Construção Não Residencial aumentou a sua produção em 2015 (+5,1%, face a cerca de -6% em 2014).

Por fim, o subsetor da Engenharia Civil apresentou um crescimento de 1% em 2015, após cinco anos consecutivos de quebras de produção deste tipo de trabalhos (-30% em termos acumulados, entre 2011 e 2013, e -1% em 2014), em resultado dos primeiros efeitos da entrada em vigor do Novo Programa de Fundos Estruturais Comunitário – Portugal 2020 e da conclusão das obras financiadas ao abrigo do QREN 2007-2013.

Para 2016, antecipa-se uma evolução positiva, mas mais moderada do que em 2015, do nível de atividade da Construção, que poderá crescer 2,5%, com o segmento residencial a registar a evolução mais positiva (+4,0%), ao contrário da engenharia civil, com a taxa de evolução mais moderada (+1,5%). A construção não residencial deverá crescer em redor dos 3,0%.

O número de trabalhadores empregados no Setor da Construção em Portugal aumentou durante o primeiro semestre de 2015, fixando-se em 277.600, com mais 12.800 postos de trabalho a serem extintos. Para o 3º trimestre de 2015 perspetiva-se uma variação trimestral do emprego positiva, que representa em termos homólogos um crescimento de 8,3%. Por sua vez, o número de desempregados oriundos de empresas do setor de Construção e inscritos nos centros de emprego do IEFP diminuiu 21,3% em termos homólogos, perfazendo um total de 65 mil trabalhadores da construção sem ocupação, o que representava cerca de 13,7% do número de desempregados em Portugal, no final de junho de 2015.

O crédito total concedido pelo sistema financeiro às empresas de construção manteve a trajetória negativa que se tem vindo a verificar desde meados de 2011, com uma quebra homóloga de 10,9% em junho de 2015. Em sentido inverso, comporta-se o crédito mal parado concedido às empresas do Setor da Construção, que tem vindo a aumentar significativamente, correspondendo já a cerca de 32% do crédito concedido ao Setor.

Estes valores mais recentes aproximam-se do pico deste indicador registado em Setembro de 2013, quando o peso atingiu 34,1% do total. Esta evolução no último ano revela a necessidade de uma reestruturação mais adequada da dívida financeira dos *players* do setor, de modo a ajustar de forma sustentável os encargos financeiros à sua atividade económica.



INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA ANÁLISE DA CONJUNTURA DO SETOR DA CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS												
Indicador	Unidade	2012	2013	2014	3.º T14	4.º T14	1.º T15	2.º T15	Abr-15	Mai-15	Jun-15	
		var. anual			var. hom. Trimestral				var. hom. acumulada			
Indicadores Macroeconómicos												
PIB (INE - CNT)	v. real (%)	-4,0%	-1,6%	0,9%	1,2%	0,6%	1,5%	1,5%	-	-	1,5%	
FBCF - Total (INE - CNT)	v. real (%)	-16,6%	-6,7%	2,5%	3,9%	2,5%	9,5%	3,9%	-	-	6,6%	
FBCF - Construção (INE - CNT)	v. real (%)	-20,0%	-14,7%	-4,3%	-4,2%	-2,9%	8,5%	1,0%	-	-	4,7%	
VAB - Construção (INE - CNT)	v. real (%)	-15,2%	-13,1%	-3,6%	-3,3%	-1,9%	7,7%	1,5%	-	-	4,6%	
Emprego e Desemprego na Construção												
Nº Trabalhadores COP (INE - IE)	milhares	343,1	288,4	275,8	283,3	276,4	270,8	277,6	-	-	274,1	
Nº Desempregados da COP (IEFP)	milhares	97,3	101,6	84,3	79,8	75,5	75,1	68,4	70,9	68,5	65,8	
Nº Trabalhadores COP (INE - IE)	%	-18,9%	-19,3%	-4,4%	1,6%	-2,9%	-2,9%	4,8%	-	-	0,9%	
Nº Desempregados da COP (IEFP)	%	31,9%	4,4%	-16,9%	-17,4%	-19,2%	-20,9%	-21,5%	-21,8%	-21,4%	-21,3%	
Perspetivas de Emprego (FEPICOP/UE)(1)	%	-16,4%	5,7%	35,3%	25,0%	23,2%	7,3%	8,3%	10,3%	10,4%	10,1%	
Produção da COP por Segmentos de Atividade												
Engenharia Civil												
Nível Atividade Obras Eng. Civil (FEPICOP/UE)(1)	%	-22,1%	26,6%	20,0%	0,6%	16,1%	9,7%	8,6%	13,5%	12,3%	9,2%	
Valor Obras Públicas Promovido (FEPICOP)	%	1%	21%	-6%	+53,3%	35,7%	-49,0%	+18,2%	+41,2%	+36,9%	-37,6%	
Habituação												
Nível Atividade Edif. Habituação (FEPICOP/UE)(1)	%	-25,2%	-16,3%	67,2%	50,1%	79,8%	76,9%	25,1%	75,8%	69,9%	48,1%	
Área Licenciada Edif. Habituação (INE-nº)	%	-32,3%	-32,4%	-4,5%	-4,5%	12,9%	17,5%	20,4%	17,1%	15,4%	19,0%	
Edifícios Não Residenciais												
Nível Atividade Edif. N/ Residenciais (FEPICOP/UE)(1)	%	-13,5%	2,3%	39,1%	48,1%	12,4%	5,1%	6,3%	7,6%	5,8%	5,7%	
Área Licenciada Edif. N/ Residenciais (INE-nº)	%	-23,6%	-4,9%	-4,1%	-23,4%	-8,3%	-10,9%	-1,1%	-6,8%	-2,7%	-6,2%	
Produção Global												
Nível Atividade Global (FEPICOP/UE)(1)	%	-22,2%	7,7%	38,3%	26,2%	28,5%	23,9%	13,3%	24,1%	25,0%	22,9%	
Consumo de Cimento (Cimpor, Secil, outros)	%	-26,8%	-22,8%	-9,4%	-8,9%	-7,6%	11,9%	4,3%	12,2%	8,7%	7,8%	
A Construção Europeia												
Indicador Confiança Construção (UE - 27 países)	%	-2,0%	4,5%	8,2%	9,2%	8,9%	5,0%	7,6%	6,1%	5,9%	6,4%	
Indicador Confiança Construção (UE - Portugal)	%	-27,2%	40,4%	31,4%	23,8%	14,8%	15,6%	14,2%	16,9%	16,6%	15,0%	
Carteira de Encomendas COP (UE - 27 países)	%	-1,4%	2,9%	8,3%	9,1%	8,6%	7,8%	10,2%	8,8%	8,9%	9,0%	
Carteira de Encomendas COP (UE - Portugal)	%	-40,5%	51,4%	43,2%	29,1%	30,4%	31,3%	37,3%	34,2%	35,0%	34,4%	
Perspetivas Emprego COP (UE - 27 países)	%	-2,4%	5,7%	8,2%	9,2%	9,2%	3,0%	6,1%	4,2%	3,9%	4,6%	
Perspetivas Emprego COP (UE - Portugal)	%	-20,4%	38,1%	26,5%	21,5%	8,0%	8,8%	3,6%	9,1%	8,2%	6,1%	

Nota: Quadro construído com informação disponibilizada até 1 de outubro 2015

(1) Indicador que resulta das opiniões dos empresários expressas no Inquérito Mensal à Atividade realizado pela FEPICOP / UE

var. hom. trimestral = [trimestre n / trimestre n-4] var. hom. acumulada = [índice (n) + índice (n+1) + ... + índice (n+12)] / [índice (n-12) + índice (n-11) + ...índice (n-1)]

Fonte: FEPICOP – Conjuntura da Construção Outubro 2015

2. EVOLUÇÃO DA H TECNIC – CONSTRUÇÕES, LDA

2.1 Evolução da atividade

(valores expressos em euros)

Evolução da atividade	Período 2015			Período 2014		
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior
Volume de negócios	7 040 289,08	2 115 778,87	42,96%	4 924 510,21	(1 274 386,86)	(20,56%)
Margem bruta - Valor	743 138,58	177 583,36	31,40%	565 555,22	249 408,01	78,89%
Margem bruta - %	10,56%	(0,93%)	(8,09%)	11,48%	6,38%	125,18%
Resultado operacional	577 058,47	85 919,80	17,49%	491 138,67	292 955,49	147,82%

Analisando a evolução do volume de negócios da Empresa, constata-se que este registou um crescimento em 2015 de cerca de 42,96% face ao exercício de 2014, correspondendo esta variação, em termos absolutos, a um acréscimo de 2.115.778,87 euros.

2.2 Resultado das operações

Para uma melhor apreciação da evolução da situação económica da Empresa, apresentamos em seguida o resultado das operações dos dois últimos exercícios:

(valores expressos em euros)

Resultado das operações	Período 2015			Período 2014	
	Quantias	Em % do volume de negócios	Variação face ao período anterior	Quantias	Em % do volume de negócios
Volume de negócios	7 040 289,08	100,00%	42,96%	4 924 510,21	100,00%
Outros rendimentos e gastos operacionais	(6 345 136,05)	(90,13)%	46,25%	(4 338 598,61)	(88,10)%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	695 153,03	9,87%	18,64%	585 911,60	11,90%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(118 094,56)	(1,68)%	24,61%	(94 772,93)	(1,92)%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)					
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	577 058,47	8,20%	17,49%	491 138,67	9,97%
Resultados financeiros	(21 527,39)	(0,31)%	(31,07)%	(31 232,04)	(0,63)%
Resultado antes de imposto (RAI)	555 531,08	7,89%	20,79%	459 906,63	9,34%
Imposto sobre rendimento do período	(123 645,18)	(1,76)%	(3,80)%	(128 534,98)	(2,61)%
Resultado líquido do período	431 885,90	6,13%	30,33%	331 371,65	6,73%

Em linha com o crescimento do Volume de Negócios, observa-se que o Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos do exercício de 2015 registou um acréscimo face a 2014 de cerca de 109.241,43 euros. O peso percentual em relação ao volume de negócios sofreu uma ligeira redução, passando de 11,90% (em 2014) para 9,87% (em 2015).

Observa-se igualmente que o Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos apresenta uma variação positiva de 85.919,80 euros face a 2014.

O resultado antes de imposto registou um aumento de 20,79%, o que corresponde uma variação positiva de 95.624,45 euros.

Tendo em conta as variações atrás mencionadas, verificou-se um aumento de 30,33% nos Resultados Líquidos da H TECNIC face a 2014, a que corresponde, um acréscimo em valor de 100.514,25 euros. Relativamente à margem operacional da H TECNIC, em termos percentuais, verificou-se uma quebra de 2,02%, principalmente devido ao aumento dos gastos operacionais relacionados com subcontratos. Em termos absolutos, o resultado operacional sofreu um acréscimo o que se justifica com o aumento do volume de negócios, conseguido assim acompanhar os efeitos positivos da conjuntura económica sentidos quer no mercado nacional, quer no mercado internacional.

2.3 Política de investimento das operações

As políticas e programas de investimentos e desinvestimentos da Empresa estão em consonância com as diretrizes estabelecidas no plano estratégico da Empresa e ponderam as perspectivas de crescimento gizadas pelo *Management* em cada estágio de desenvolvimento organizacional.

2.4 Recursos Humanos

No exercício de 2015 a H-TECNIC registou um número médio de trabalhadores de 35 (o número médio de trabalhadores em 2014 foi de 38).

2.5 Situação patrimonial

(valores expressos em euros)

Balço funcional		31.12.2015	31.12.2014
Activos não correntes	1	1 770 062,67	1 175 049,66
Passivos não correntes	2		
Capitais próprios	3	3 672 920,29	3 241 034,39
Fundo de maneio	4=2+3-1	1 902 857,62	2 065 984,73
Caixa e equivalentes de caixa	5	1 044 537,07	1 686 232,19
Dívida financeira corrente	6		
Tesouraria líquida	7=5-6	1 044 537,07	1 686 232,19
Necessidades cíclicas - Restantes activos correntes	8	2 344 068,43	2 900 590,28
Recursos cíclicos - Restantes passivos correntes	9	1 485 747,88	2 520 837,74
Necessidades de fundo de maneio	10=8-9	858 320,55	379 752,54

Como se pode analisar pela apreciação do balanço funcional, a empresa apresenta uma tesouraria líquida positiva, em 2015, de cerca de 1.044.537,07 euros, valor inferior em 641.695,12 euros face ao registado em 2014 (1.686.232,19 euros).

Não obstante, observa-se que em termos correntes, as necessidades cíclicas superam os recursos cíclicos disponíveis, reportando-se necessidades de fundo de maneio na ordem dos 858 mil euros.

A performance da Empresa pode ser traçada pelos seguintes principais indicadores:

Indicadores de Rentabilidade		31.12.2015	31.12.2014
Rentabilidade dos capitais próprios	R. Líquido/Capitais próprios	11,8%	10,2%
Rentabilidade das vendas	R. Líquido/Volume de negócios	6,1%	6,7%
Indicadores de Estrutura		31.12.2015	31.12.2014
Autonomia Financeira	Capitais próprios/Activo	71,2%	56,2%
Solvabilidade	Capitais próprios/Passivo+I. Minorit.	247,2%	128,6%
Indicadores de Liquidez		31.12.2015	31.12.2014
Liquidez geral	Activo corrente/Passivo corrente	2,3	1,8
Liquidez imediata	Caixa e depósitos + act. fin. correntes e detidos para negociação/Passivo corrente	0,7	0,7

Os indicadores de rentabilidade espelham a manutenção da eficiência operacional já alcançada pela Empresa em 2014, quer em termos de rentabilidade de capitais próprios (11,8% em 2015 *versus* 10,2% em 2014), quer em termos de rentabilidade das vendas (6,1% em 2015 *versus* 6,7% em 2014), apesar de neste último indicador ter sofrido um ligeiro decréscimo na rentabilidade.

No que concerne aos indicadores de estrutura financeira, observa-se que os rácios de autonomia financeira e de solvabilidade, em 2015, registaram um aumento, por um lado devido à diminuição do Activo (por via de uma redução significativa do saldo de clientes), e por outro, devido à diminuição do financiamento através de passivo operacional (registo de um decréscimo acentuado na rubrica de Fornecedores).

Em termos dos indicadores de liquidez, observa-se a obtenção de rácios de liquidez geral acima da unidade. A evolução sentida de 2014 para 2015, quer no rácio de liquidez geral, quer no rácio de liquidez imediata, deve-se sobretudo ao efeito de diminuição do passivo corrente não acompanhado em igual proporção pelo ativo corrente. Em 2015, manteve-se a aplicação financeira de natureza não corrente já registada no ano anterior.



3. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

3.1 Cenário macroeconómico

Após a conclusão do PAEF, a economia nacional entrou num período de pós-monitorização que se prevê que se mantenha em 2016, no qual não são expectáveis grandes desvios orçamentais em relação à política que foi necessariamente imposta pelas instituições credoras internacionais. Não obstante, o ano de 2015 foi marcado por uma mudança de Executivo, apoiado por uma “maioria de esquerda” que defende um alívio nas “políticas de austeridade” preconizadas pelo anterior Executivo.

Assim, as perspetivas para a economia portuguesa são positivas, em linha com a recuperação económica e financeira já sentida durante o ano de 2015. É expectável que o PIB cresça cerca de 1,5% face ao ano transato, em concordância com os crescimentos esperados para a Zona Euro (1,7%) e para a União Europeia (1,9%).

Face a estas projeções, o Banco de Portugal destaca como principais riscos para o crescimento económico esperado para 2016 (i) a possibilidade da procura externa dirigida à economia portuguesa ser inferior à esperada, associada a um crescimento económico mais moderado na zona Euro e nas economias extra comunitárias com quais Portugal detém relações comerciais privilegiadas, (ii) a eventual necessidade de medidas adicionais para cumprir os objetivos orçamentais que limitarão a procura interna e, por fim, (iii) um risco de aumento das tensões nos mercados financeiros, com impacto negativo sobre o consumo e o investimento ao longo do horizonte de projeção. Em sentido contrário, o Banco de Portugal aponta que eventualmente o Banco Central Europeu poderá reforçar a sua política monetária (*quantitative easing*), o que teria um impacto positivo sobre estas projeções.

O setor nacional da construção civil e obras públicas interrompeu em 2015 um longo ciclo de recessão, que se prolongava pelo menos desde 2002, com um crescimento da atividade na ordem dos 3,0%. Para 2016 é expectável a continuação das melhorias macroeconómicas verificadas, contudo, mais moderada do que em 2015, podendo o sector da construção civil e obras públicas crescer 2,5%.

3.2 Perspetivas de evolução da Empresa

A atividade económica em Portugal tem demonstrado sinais de recuperação, sobretudo a partir do segundo trimestre de 2013, no entanto os desafios que se vislumbram para o País com a conclusão do PAEF e a continuação do esforço de contenção orçamental apresentam-se como potenciais riscos para o crescimento económico de 2016 e anos seguintes.



Os riscos referidos interagem ainda com o processo de desalavancagem do sector privado que implica uma alteração significativa das condições de financiamento e o aumento do respetivo grau de restritividade, condicionando o consumo privado e o investimento.

Refira-se que o impacto deste processo na atividade económica dependerá da sua configuração, nomeadamente das suas implicações para a concessão de novo crédito pelo sistema bancário e da capacidade das empresas não financeiras para reestruturarem as suas políticas de financiamento. Adicionalmente para sobre o Sector a ameaça de deflação na Zona Euro que já começou a ser combatida pelo Banco Central Europeu, através da injeção de capital nas economias membros (*quantitative easing*).

Por outro lado, os fatores que incentivarão uma maior atividade do Sector serão o (i) novo Plano de Investimentos Europeu, através do Novo Programa de Fundos Estruturais Comunitário – Portugal 2020, (ii) o sucesso contínuo com que Portugal tem vindo a financiar-se nos mercados financeiros, após a “saída limpa” do PAEF e (iii) o aumento do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no imobiliário e na aquisição de empresas, nomeadamente através de concessões de vistos de residência e permanência a investidores oriundos de mercados com grandes excedentes de capital.

Com este enquadramento antecipa-se que o segmento da Construção Residencial registe em 2016 a evolução mais positiva, apresentando um crescimento da produção na ordem dos 4%, valor ligeiramente inferior aos 5% registados em 2015.

Do mesmo modo, a construção não residencial deverá aumentar a sua produção em 2016 (prevê-se um crescimento em redor dos 3,0%), face aos 5,1% registados durante o ano de 2015. O principal fator de dinamização deste subsector é a procura imobiliária por parte de estrangeiros, que tem conduzido a uma evolução muito positiva dos trabalhos de reabilitação e reconstrução de edifícios.

No segmento da Engenharia Civil prevê-se que 2016 continue a trajetória positiva iniciada em 2015 e que o crescimento seja na ordem dos 1,5%, valor mais moderado do que no ano transato.

Os fatores que sustentam o otimismo projetado para o ano de 2016 prendem-se com os resultados dos efeitos do Novo Programa de Fundos Comunitários – Portugal 2020. As restrições orçamentais do Estado continuarão a penalizar o desempenho do sector, no entanto existem uma série de trabalhos que não podem mais ser adiados, nomeadamente na componente da manutenção/reabilitação de infraestruturas.



110

7

O Grupo HCI possui um vasto *know-how* acumulado, que lhe permite encarar e capitalizar com confiança os desafios e as oportunidades de 2016, baseando-se sobretudo nos segmentos de infraestruturas e reabilitação de edifícios públicos.

Desta forma, o *Management* e respetivos colaboradores continuarão empenhados em assegurar um crescimento sustentável da Empresa, criando valor para todos os *stakeholders* e, em particular, para os seus acionistas, observando uma grande disciplina estratégica e um forte rigor financeiro e operacional.

4. OUTRAS INFORMAÇÕES

Para efeito do disposto no artigo 21º do Decreto-Lei 411/91 de 17 de Outubro, informamos que não se registam quaisquer dívidas vencidas a favor da segurança social. Em observação do Decreto-Lei 543/80 de 7 de Novembro, informamos que não existem dívidas em mora ao Sector Público Estatal.

Os honorários do Revisor Oficial de Contas (ROC) da H-TECNIC foram de 7.000 euros, aos quais acrescem 1.000 euros de outros serviços prestados.

Segundo o estipulado pelo art.º 66 alínea b) do n.º 5 do CSC, informamos que a H-MBO SGPS, S.A. levou a cabo um projeto de cisão simples, aprovado em Fevereiro de 2016, com o parecer favorável dos órgãos de administração e de fiscalização das sociedades, bem como do revisor oficial de contas independente.

O projeto de cisão visa a transmissão da quota de 180.000€ da H-TECNIC, representativa de 75% do capital social da mesma, e entre outras participações de outras sociedades do grupo, para a nova sociedade H-MBO II, SGPS.

Desde 31 de Dezembro de 2015 até à presente data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propomos que os Resultados Líquidos apurados no exercício no montante de 431.885,90 euros tenham a seguinte aplicação:

Resultados Transitados:	431.885,90 euros
-------------------------	------------------



6. AGRADECIMENTOS

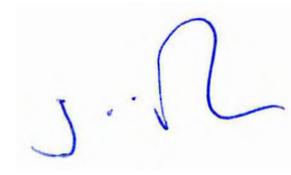
Por fim, queremos expressar uma palavra de agradecimento a todos os colaboradores da H TECNIC – CONSTRUÇÕES, Lda. pelo esforço e dedicação demonstrados e aos nossos clientes, fornecedores e instituições de crédito pela confiança depositada na Empresa.

Lisboa, 23 de Maio de 2016

A Gerência



José Maria Pereira Coelho



João António C. Farinha

[Handwritten mark]



[Handwritten signature]

BALANÇO



H-TECNIC - Construções, Lda.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	6	789 788,26	192 235,25
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis			
Activos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	4 274,41	6 814,41
Participações financeiras - outros métodos			
Accionistas / sócios			
Outros activos financeiros	9	976 000,00	976 000,00
Activos por impostos diferidos			
Outros activos não correntes			
Total do activo não corrente		1 770 062,67	1 175 049,66
ACTIVO CORRENTE:			
Inventários	7	-	-
Activos biológicos			
Clientes	5 / 13.1	794 923,83	2 049 396,79
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	14.1	587 127,32	477 892,08
Accionistas / sócios			
Outras contas a receber	13.2	945 389,88	363 924,68
Diferimentos	13.3	16 627,40	9 376,73
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	4	1 044 537,07	1 686 232,19
Total do activo corrente		3 388 605,50	4 586 822,47
Total do activo		5 158 668,17	5 761 872,13
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado		240 000,00	240 000,00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais		51 957,00	51 957,00
Outras reservas		1 532 956,42	1 532 956,42
Resultados transitados		1 454 345,49	5 873,30
Ajustamentos em activos financeiros		(38 224,29)	(38 224,29)
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio		(0,23)	1 117 100,31
Resultado líquido do período		3 241 034,39	2 909 662,74
		431 885,90	331 371,65
Interesses minoritários		3 672 920,29	3 241 034,39
Total do capital próprio		3 672 920,29	3 241 034,39
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões		-	-
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos	12		
Outras contas a pagar			
Total do passivo não corrente		-	-
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	5	496 691,93	1 462 940,79
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	14.1	32 446,71	102 217,21
Accionistas / sócios			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar	13.2	453 091,78	380 603,21
Diferimentos	13.3	503 517,46	575 076,53
Passivos por impostos diferidos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
Total do passivo corrente		1 485 747,88	2 520 837,74
Total do passivo		1 485 747,88	2 520 837,74
Total do capital próprio e do passivo		5 158 668,17	5 761 872,13

[Handwritten signature]



IC *[Handwritten signature]* *[Handwritten 'h']*

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS



H-TECNIC - Construções, Lda.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em euros)

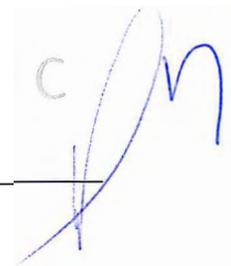
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2015	2014
Vendas e serviços prestados	5 / 11	7 040 289,08	4 924 510,21
Subsídios à exploração		-	-
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	(2 540,00)	35 278,70
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(727 035,96)	(318 949,80)
Fornecimentos e serviços externos	5/ 11 /14.2	(4 292 366,02)	(2 705 220,35)
Gastos com o pessoal	14.3	(1 277 748,52)	(1 334 784,84)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13.1	-	-
Provisões (aumentos / reduções)		-	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)		-	-
Aumentos / reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos e ganhos	14.4	30 850,80	3 939,25
Outros gastos e perdas	14.4	(76 296,35)	(18 861,57)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		695 153,03	585 911,60
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6	(118 094,56)	(94 772,93)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		577 058,47	491 138,67
Juros e rendimentos similares obtidos	11/ 14.5	7,23	1 004,00
Juros e gastos similares suportados	14.5	(21 534,62)	(32 236,04)
Resultado antes de impostos		555 531,08	459 906,63
Imposto sobre o rendimento do período	12	(123 645,18)	(128 534,98)
Resultado líquido do período		431 885,90	331 371,65

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas



[Handwritten signature]
c
[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES



H-TECNIC - Construções, Lda.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	Notas	2015	2014
Vendas e serviços prestados		7 040 289,08	4 924 510,21
Custo das vendas e dos serviços prestados		(6 297 150,50)	(4 358 954,99)
Resultado bruto		743 138,58	565 555,22
Outros rendimentos		28 310,80	39 217,95
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos		-	-
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos		(194 390,91)	(113 634,50)
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos		577 058,47	491 138,67
Gastos de financiamento (líquidos)		(21 527,39)	(31 232,04)
Resultados antes de impostos		555 531,08	459 906,63
Imposto sobre o rendimento do período		(123 645,18)	(128 534,98)
Resultado líquido do período		431 885,90	331 371,65
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		-	-
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa mãe		431 885,90	331 371,65
Interesses minoritários			
		431 885,90	331 371,65

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por funções



ic n

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO



H-TECNIC - Construções, Lda.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2014

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe										Total do capital próprio			
	Capital realizado	Ações próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários
Posição no início do período 2014	240 000,00	-	-	-	51 957,00	1 532 956,42	(124 330,49)	-	-	1 117 100,31	130 103,79	2 947 887,03	-	2 947 887,03
Alterações no período:														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de avaliação de activos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de realização de activos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações dos excedentes de realização de activos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de aquisição / alienação de participadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado do exercício de 2012	-	-	-	-	-	-	130 103,79	(38 224,29)	-	-	(130 103,79)	(38 224,29)	-	(38 224,29)
	240 000,00	-	-	-	51 957,00	1 532 956,42	873,30	(38 224,29)	-	1 117 100,31	331 371,65	2 909 662,74	-	2 909 662,74
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	331 371,65	331 371,65	-	331 371,65
Resultado integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	331 371,65	331 371,65	-	331 371,65
Operações com detentores de capital no período														
Reservas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período 2014	240 000,00	-	-	-	51 957,00	1 532 956,42	5 873,30	(38 224,29)	-	1 117 100,31	331 371,65	3 241 034,39	-	3 241 034,39

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações no capital próprio.



H-TECNIC - Construções, Lda.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2015

(Montantes expressos em euros)

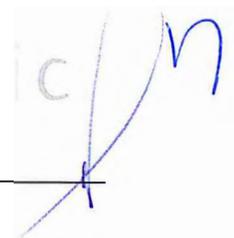
Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe										Total do capital próprio			
	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Reservas	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de reavaliação		Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período 2015	240.000,00	-	-	-	51.957,00	1.532.956,42	5.873,30	(38.224,29)	-	1.117.100,31	331.371,65	3.241.034,39	-	3.241.034,39
Alterações no período:														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alteração de políticas contabilísticas														
Diferença de conversão de demonstrações financeiras							1.117.100,31			(1.117.100,31)				
Variações de resultados de actividades operacionais, activos fixos tangíveis e intangíveis														
Variações dos excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Ajustamentos por impostos diferidos							0,23			(0,23)				
Efeito de aquisição / alienação de participações														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:							331.371,65				(331.371,65)			
Aplicação do resultado do exercício anterior														
Ajustamentos em activos financeiros														
Resultado líquido do período					51.957,00	1.532.956,42	1.454.345,49	(38.224,29)		(0,23)	431.885,90	431.885,90	431.885,90	431.885,90
Resultado integral														
Operações com detentores de capital no período														
Variações de capital próprio														
Reutilização de emissão														
Distribuições (dividendos)														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
Posição no fim do período 2015	240.000,00	-	-	-	51.957,00	1.532.956,42	1.454.345,49	(38.224,29)		(0,23)	431.885,90	3.672.920,29	-	3.672.920,29

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações no capital próprio.

Handwritten mark



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA



H-TECNIC - Construções, Lda.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em euros)

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	8 294 762,04	4 535 450,58
Pagamentos a fornecedores	(5 985 650,84)	(2 634 008,56)
Pagamentos ao pessoal	(1 282 252,92)	(1 339 259,53)
Caixa gerada pelas operações	1 026 858,28	562 182,49
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	(302 650,92)	(484 034,49)
Outros recebimentos / pagamentos	(628 727,52)	535 985,59
Fluxos das actividades operacionais [1]	95 479,84	614 133,59
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(715 647,57)	(180 011,61)
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	-	(46 760,00)
Outros activos	(715 647,57)	(226 771,61)
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	7,23	1 004,00
Dividendos	7,23	1 004,00
Fluxos das actividades de investimento [2]	(715 640,34)	(225 767,61)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	-
Juros e gastos similares	(21 534,62)	(32 236,04)
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento	(21 534,62)	(32 236,04)
Fluxos das actividades de financiamento [3]	(21 534,62)	(32 236,04)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(641 695,12)	356 129,94
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 686 232,19	1 330 102,25
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 044 537,07	1 686 232,19

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.



[Handwritten signature]
n
[Handwritten signature]

ANEXO



1. Identificação da entidade

Designação da entidade: H TECNIC – Construções, Lda.

NIF: 506155218

Sede: Avenida Almirante Gago Coutinho, nº 131, Distrito: Lisboa; Concelho: Lisboa; Freguesia: São João de Brito; Código postal: 1700-029 Lisboa.

Natureza da atividade: Reabilitação de património e reforço de estruturas.

Designação da empresa-mãe: H-MBO SGPS, SA

Sede da empresa-mãe: Avenida Almirante Gago Coutinho, nº 131, Distrito: Lisboa; Concelho: Lisboa; Freguesia: São João de Brito; Código postal: 1700-029 Lisboa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Diretrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho de 2010, face ao previsto no n.º 2 do art.º 3.º desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de contas);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas contabilísticas e de relato financeiro);



- Aviso n.º 15653/2009, de 7 de Setembro (Normas interpretativas 1 e 2).

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2014, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a Empresa adotou as Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que instituiu o SNC.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

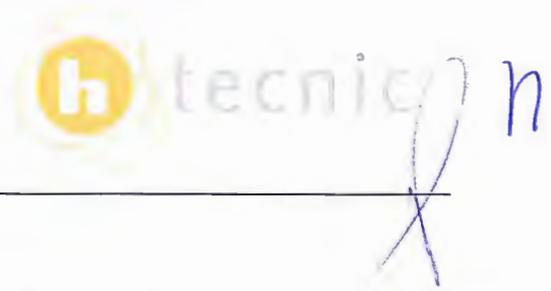
Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

Principais bases de mensuração	Inicial	Subsequente
Ativos fixos tangíveis	Custo	Custo menos as depreciações, estas são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
Rédito	O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.	
Impostos sobre o rendimento	Os impostos sobre rendimentos são calculados de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.	
Instrumentos Financeiros	Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios: (i) Clientes: as dívidas de clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade, (ii) Outras dívidas de terceiros: ao custo, (iii) Fornecedores e de outros terceiros: estas dívidas encontram-se mensuradas pelo método do custo, (iv) Empréstimos: registados no passivo pelo custo, (v) Periodizações: as diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos», (vi) Caixa e depósitos bancários: correspondem aos valores imediatamente realizáveis e (vii) Benefícios de empregados: são reconhecidas como gastos no período (incluindo o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte) em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.	
Contratos de construção	O rédito do contrato compreende (i) a quantia inicial de rédito acordada no contrato e (ii) as variações no trabalho, reclamações e pagamentos de incentivos do contrato, até ao ponto em que seja provável que resultem em rédito e estejam em condições de ser fiavelmente mensurados. O rédito do contrato é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. Quando o desfecho de um contrato de construção possa ser fiavelmente estimado, o rédito e os custos associados deverão ser imputados aos diferentes períodos de acordo com o método da percentagem de acabamento, segundo o qual o rédito e os custos do contrato são reconhecidos na demonstração de resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho com o qual se relacionam seja executado.	

As taxas utilizadas correspondem às taxas permitidas e legalmente em vigor, com base na aplicação do Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Dezembro, Série I, n.º 177, variando de acordo com os seguintes períodos:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
	Terrenos	Edifícios				
Vidas úteis	-	10-20 anos	1-14 anos	4 anos	3-5 anos	4-10 anos
Taxas de depreciação	-	5,00% - 10,00%	7,14% - 100,00%	0,25	20,00% - 33,33%	10,00% - 25,00%
Métodos de depreciação	-	Quotas constantes, por duodécimos				

A moeda de relato utilizada neste anexo é o Euro.



3.2 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa.

4. Fluxos de caixa

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

(valores expressos em euros)

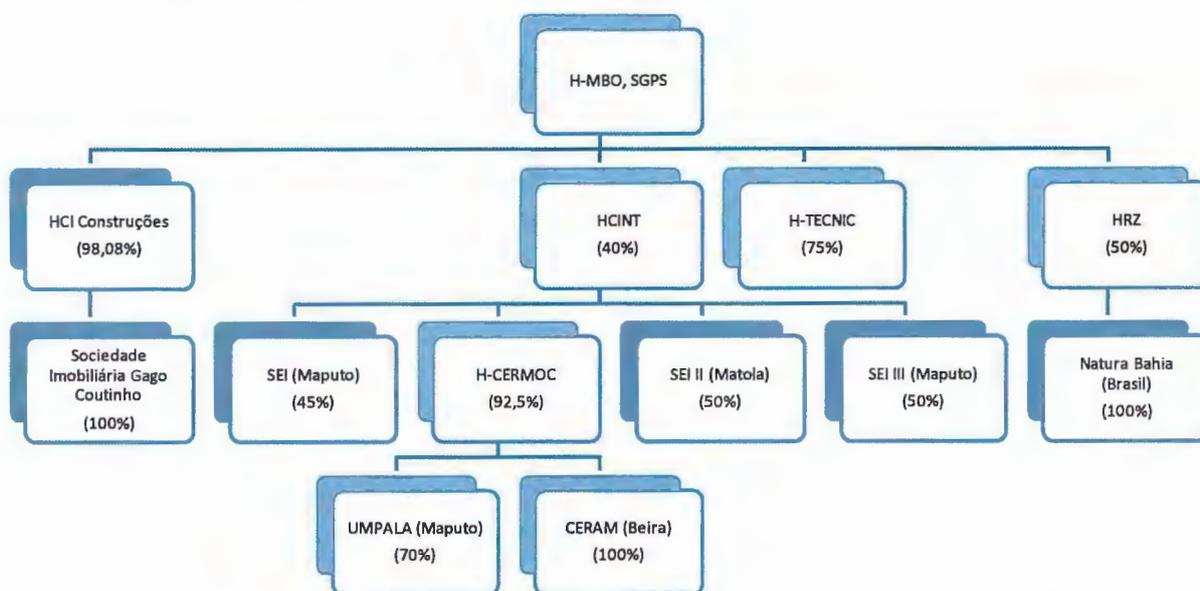
Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2015			31.12.2014		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	27 507,76		27 507,76	13 733,65		13 733,65
	Subtotais	27 507,76		27 507,76	13 733,65		13 733,65
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	1 017 029,31		1 017 029,31	1 672 498,54		1 672 498,54
	Subtotais	1 017 029,31		1 017 029,31	1 672 498,54		1 672 498,54
Totais		1 044 537,07		1 044 537,07	1 686 232,19		1 686 232,19

Handwritten marks: a signature and the letter 'n'.



5. Partes relacionadas

A H TECNIC – Construções, Lda. é uma subsidiária da H-MBO, SGPS, SA, fazendo parte do Grupo H-MBO o qual tem a seguinte configuração:



As transações realizadas com partes relacionadas foram efetuadas nos termos e condições praticados no mercado em concordância com o disposto pelo artigo 63º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, apresentando o seguinte detalhe:

(valores expressos em euros)

Transações com as partes relacionadas		Período 2015			Período 2014				
		Prestações de serviços	FSE	Juros obtidos	Juros suportados	Prestações de serviços	FSE	Juros obtidos	Juros suportados
Empresa-mãe	H-MBO, SGPS								
	Subtotais								
Outras partes relacionadas	HCI Construções SA		(1 816 614,19)		65 008,35	(823 202,10)			
	Gago Coutinho, SA		(36 000,00)			(36 000,00)			
	Subtotais		(1 852 614,19)		65 008,35	(859 202,10)			
Totais			(1 852 614,19)		65 008,35	(859 202,10)			



RELATÓRIO E CONTAS 2015

Os saldos pendentes com as partes relacionadas apresentam a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas		Período 2015			Período 2014		
		Saldos pendentes em 31.12.2015			Saldos pendentes em 31.12.2014		
		Clientes	Outros activos financeiros	Fornecedores	Clientes	Outros activos financeiros	Fornecedores
Empresa-mãe	H-MBO, SGPS						
	Subtotais						
Outras partes relacionadas	HCI Construções SA			(6 470,48)	143 969,46	(1 074 769,49)	
	HCINT - Empreendimentos Internacionais, Lda	10 683,23	976 000,00		10 683,23	976 000,00	
	Subtotais	10 683,23	976 000,00	(6 470,48)	154 652,69	976 000,00	
Totais		10 683,23	976 000,00	(6 470,48)	154 652,69	976 000,00	

Durante o ano de 2014, a HCI Construções, S.A. cedeu a sua participação financeira na H-TECNIC, Construções Lda, à H-MBO SGPS, S.A e adquiriu 15,25% do capital social da HCINT – Empreendimentos Internacionais, Lda.

6. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e ajustamentos, foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Em 01.01.2014	Quantias brutas escrituradas			90 589,55	469 053,84	170 675,87	234 779,64	965 098,90
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(83 455,11)	(402 246,85)	(150 627,50)	(221 772,87)	(858 102,33)
	Quantias líquidas escrituradas			7 134,44	66 806,99	20 048,37	13 006,77	106 996,57
Adições				282,66	119 330,46	3 300,11	57 098,38	180 011,61
Alienações, sinistros e abates					(145 587,29)			(145 587,29)
Depreciações				(3 056,35)	(59 993,34)	(9 940,12)	(21 783,12)	(94 772,93)
Transferência Depreciações Acumuladas					145 587,29			145 587,29
Em 31.12.2014 (01.01.2015)	Quantias brutas escrituradas			90 872,21	442 797,01	173 975,98	291 878,02	999 523,22
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(86 511,46)	(316 652,90)	(160 567,62)	(243 555,99)	(807 287,97)
	Quantias líquidas escrituradas			4 360,75	126 144,11	13 408,36	48 322,03	192 235,25
Adições		610 030,00		4 694,26	85 668,13	5 349,51	9 905,67	715 647,57
Regularizações								
Alienações, sinistros e abates					(102 046,64)			(102 046,64)
Outras alterações (depreciações acumuladas do abate)								
Depreciações			(12 200,60)	(4 793,25)	(69 572,87)	(8 314,06)	(23 213,78)	(118 094,56)
Transferência Depreciações Acumuladas					102 046,64			102 046,64
Em 31.12.2015	Quantias brutas escrituradas	610 030,00		95 566,47	426 418,50	179 325,49	301 783,69	1 613 124,15
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		(12 200,60)	(91 304,71)	(284 179,13)	(168 881,68)	(266 769,77)	(823 335,89)
	Quantias líquidas escrituradas	597 829,40		4 261,76	142 239,37	10 443,81	35 013,92	789 788,26




RELATÓRIO E CONTAS 2015

7. Inventários

No quadro seguinte apresentam-se as quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período:

(valores expressos em euros)

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período			2015		2014	
			Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários no começo do período		+			
	Compras	Compras	+	727 035,96	727 035,96	318 949,80
		Devoluções de compras	-			
		Descontos e abatimentos em compras	-			
	Inventários no fim do período		-			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			=	727 035,96	727 035,96	318 949,80
Perdas em inventários			+			
Ofertas e amostras de inventários			+			
Totais			=	727 035,96	727 035,96	318 949,80

8. Investimentos associadas – Método de Equivalência Patrimonial

Nas demonstrações financeiras individuais da H-TECNIC, encontra-se registado o seguinte investimento na empresa associada:

(valores expressos em euros)

Listagem dos Investimentos significativos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas			País de constituição / sede social	Interesse nas Investidas		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos no fim do período
				Percentagem de interesse detido	Percentagem nos direitos de voto		
Período 2015	Associadas	HCNT - Empreendimentos Internacionais, Lda	Portugal	15,25%	15,25%	M.E.P.	4 274,41
		Subtotais					4 274,41
	Totais						4 274,41

O investimento em causa na empresa associada foi contabilizado usando o método de equivalência patrimonial, uma vez que existe explícita influência da H-TECNIC sobre a H-CINT, uma vez que os membros da Gerência são comuns.

Neste método o investimento numa entidade é inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida depois da data de aquisição. A parte do investidor nos resultados da investida é reconhecida nos resultados do investidor. As distribuições recebidas de uma investida reduzem a quantia escriturada do investimento.

Durante o ano de 2014, a H-TECNIC adquiriu 15,25% do capital social da HCINT, Empreendimentos Internacionais, Lda.

(valores expressos em euros)

Investimentos e desinvestimentos em subsidiárias e associadas			Quantia escriturada dos investimentos no início do período	Aquisições	Parte no resultado	Variações nos capitais próprios	Alienações	Imparidade	Quantia escriturada dos investimentos no fim do período
Período 2015	Investimentos reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial	HCINT - Empreendimentos Internacionais, Lda	6 814,41		(2 540,00)				4 274,41
		Subtotais	6 814,41	0,00	(2 540,00)	0,00	0,00	0,00	4 274,41
		Totais	6 814,41	0,00	(2 540,00)	0,00	0,00	0,00	4 274,41
Período 2014	Investimentos reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial	HCINT - Empreendimentos Internacionais, Lda		9 760,00	35 278,70	(38 224,29)			6 814,41
		Subtotais	0,00	9 760,00	35 278,70	(38 224,29)	0,00	0,00	6 814,41
		Totais	0,00	9 760,00	35 278,70	(38 224,29)	0,00	0,00	6 814,41

9. Outros ativos financeiros

Contempla um empréstimo concedido à sociedade HCINT, Empreendimentos Internacionais, LDA no montante de 976.000 euros.

10. Contratos de construção

A empresa adota o método da percentagem de acabamento para o reconhecimento dos réditos e dos gastos das obras em curso.

Segundo este método, o rédito contratual é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento, resultando no relato de rédito, gastos e lucros que possam ser atribuíveis à proporção de trabalho concluído. O rédito e os custos dos contratos associados ao contrato de construção são reconhecidos



na demonstração dos resultados, como rédito e gastos, respetivamente, nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado, qualquer excesso esperado dos custos totais do contrato sobre os réditos totais do contrato é reconhecido imediatamente como um gasto.

Os custos esperados de garantias a clientes previstas em contratos de construção, é anualmente apurado pelo volume de produção anual e o histórico de gastos suportados com as obras em período de garantia. No entanto, dado que a H TECNIC – Construções, Lda. não regista qualquer historial com gastos incorridos durante o período de garantia, não se encontra reconhecida qualquer provisão nos exercícios de 2014 e 2015.

Apresenta-se adiante síntese da posição das obras em curso no final do exercício de 2015:

(valores expressos em euros)

Prod. Orçamento	Custos Orçamento	Prod. Real	Custo Real	Prod. Dif	Acresc. Prod.
10 930 590,79	8 166 982,53	5 267 797,83	3 877 297,46	1 440 981,02	937 463,55

11. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Para o reconhecimento dos réditos e dos gastos das obras relativas aos contratos de construção em curso foi adoptado o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, no final de cada exercício, os réditos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na Demonstração dos Resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos suportados até à data do Balanço e os custos totais estimados das obras.

As diferenças entre os réditos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas nas rubricas Outros ativos correntes ou Diferimentos, consoante a natureza da diferença.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2015			Período 2014		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Prestação de serviços	7 040 289,08	100,00%	42,96%	4 924 510,21	99,98%	(20,56%)
Juros	7,23	0,00%	(99,28%)	1 004,00	0,02%	(98,06%)
Totais	7 040 296,31	100,00%	42,94%	4 925 514,21	100,00%	(21,20%)

12. Impostos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Deste modo, a declaração fiscal da Empresa dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Gerência da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquela declaração de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

(valores expressos em euros)

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos		Período 2015			Período 2014		
		Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)	Resultado líquido do período	431 885,90			331 371,65		
	Gastos/(rendimentos) de impostos	123 645,18			128 534,98		
	Resultado antes de impostos	555 531,08	22,26%	123 645,18	459 906,63	27,95%	128 534,98
Ajustamentos para Lucro/(Prejuízo fiscal)		39 386,64			244 433,59		
Lucro/(Prejuízo fiscal)		594 917,72			704 340,22		
Dedução de perdas fiscais		(3 274,00)					
Matéria coletável / colecta		591 643,72	20,90%	123 645,18	704 340,22	22,87%	161 098,25
Outras componentes do imposto (derrama, tributação autónoma, etc.)							27 876,73
Imposto corrente				123 645,18			188 974,98
Imposto diferido							(60 440,00)
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efetiva média		555 531,08	22,26%	123 645,18	459 906,63	27,95%	128 534,98

(valores expressos em euros)

Quantias dos principais componentes de (gasto)/rendimento de impostos			2015			2014		
			Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	Totais	Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	Totais
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores			1					
Imposto sobre o rendimento do período	Imposto corrente		2	(123 645,18)	(123 645,18)	(188 974,98)		(188 974,98)
	De alterações nas políticas contabilísticas e nos erros não contabilizadas retrospectivamente					60 440,00		60 440,00
	Da (redução)/reversão de uma diminuição anterior de ativos por impostos diferidos							
	Imposto diferido		3			60 440,00		60 440,00
Imposto sobre o rendimento do período			4 = 2 + 3	(123 645,18)	(123 645,18)	(128 534,98)		(128 534,98)
Totais			5 = 1 + 4	(123 645,18)	(123 645,18)	(128 534,98)		(128 534,98)

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

(valores expressos em euros)

Quantias de ativos e de passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço e correspondentes movimentos ocorridos durante o período			2015			2014				
			Saldo no começo do período	Movimentos do período via		Saldo no fim do período	Saldo no começo do período	Movimentos do período via		Saldo no fim do período
				Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio			Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	
Passivos por impostos diferidos	Provenientes de diferenças temporárias tributáveis	Anulação das Provisões para Garantia (aplicação da NCRF 19) - Ajustamentos de transição para SNC	0,00		0,00	(60 440,00)	60 440,00		0,00	
	Totais		0,00		0,00	(60 440,00)	60 440,00		0,00	

13. Instrumentos financeiros
13.1 Clientes

Apresenta-se em seguida reconciliação entre as quantias brutas e líquidas da conta de clientes relativas aos exercícios de 2014 e 2015:

(valores expressos em euros)

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos sujeitos a perdas de imparidade	Período 2015				Período 2014			
	Quantias brutas	Depreciações e amortizações acumuladas	Perdas por Imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Depreciações e amortizações acumuladas	Perdas por Imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Clientes	819 532,83		(24 609,00)	794 923,83	2 074 005,79		(24 609,00)	2 049 396,79
Totais	819 532,83		(24 609,00)	794 923,83	2 074 005,79		(24 609,00)	2 049 396,79

O detalhe das imparidades e respetivas reversões reconhecidas durante o período encontra-se espelhado no quadro seguinte:

(valores expressos em euros)

Perdas por imparidade	Acumuladas em 01.01.2014	Reconhecidas no período	Revertidas no período	Acumuladas em 31.12.2014	Reconhecidas no período	Revertidas no período	Regularização de incobráveis	Acumuladas em 31.12.2015
Clientes	(24 609,00)			(24 609,00)				(24 609,00)
Totais	(24 609,00)			(24 609,00)				(24 609,00)

13.2 Outras contas a receber e a pagar

(valores expressos em euros)

Outras contas a receber			31.12.2015	31.12.2014
Outras contas a receber	Devedores por acréscimos de rendimentos	Diversos		
		Subtotais	0,00	0,00
	Outros Devedores e Credores	Diversos	945 389,88	363 924,68
		Subtotais	945 389,88	363 924,68
	Total	945 389,88	363 924,68	

(valores expressos em euros)

Outras contas a pagar			31.12.2015	31.12.2014
Outras contas a pagar	Credores por acréscimos de gastos	Remunerações a liquidar	135 416,16	139 920,56
		Outros acréscimos de custos	308 926,48	232 021,50
		Subtotais	444 342,64	371 942,06
	Outros credores	Outros	8 749,14	8 661,15
		Subtotais	8 749,14	8 661,15
		Total	453 091,78	380 603,21

13.3 Diferimentos

Os saldos dos diferimentos (ativos e passivos) em 31.12.2014 e 31.12.2015 apresentavam a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Diferimentos Activos			31.12.2015	31.12.2014
Diferimentos	Gastos a reconhecer	Outros custos diferidos	16 627,40	9 376,73
		Total	16 627,40	9 376,73
Diferimentos Passivos			31.12.2015	31.12.2014
Diferimentos	Rendimentos a reconhecer	Facturação Diferida	503 517,46	575 076,53
		Total	503 517,46	575 076,53

92

n

RELATÓRIO E CONTAS 2015

14. Outras informações

14.1 Estado e outros entes públicos

O saldo da conta Estados e outros entes públicos (saldo devedor e credor) a 31.12.2014 e a 31.12.2015 apresentava a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Estado e outros entes públicos		31.12.2015	31.12.2014
Saldo devedor	IVA - Imposto a recuperar	555 981,14	477 892,08
	IRC - Imposto a recuperar	31 146,18	0,00
	Total	587 127,32	477 892,08
Saldo credor	Retenção de impostos sobre rendimentos	13 252,55	13 714,66
	IRC - Imposto a pagar	0,00	71 026,13
	Contribuições para a Segurança Social	19 194,16	17 476,42
Total	32 446,71	102 217,21	

14.2 Fornecimentos e serviços externos

A conta de fornecimentos e serviços externos referentes ao período de 2015 e 2014 apresentava a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e Serviços Externos	Período 2015	Período 2014
Subcontratos	2 678 836,93	1 329 894,85
Trabalhos Especializados	989 288,17	857 584,40
Publicidade e Propaganda	1 419,08	2 698,88
Vigilância e Segurança	20 006,02	10 835,84
Honorários	13 565,73	13 290,47
Conservação e Reparação	35 933,77	28 247,08
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	65 921,35	41 781,49
Outros		
Materiais	5 778,25	9 155,26
Electricidade	1 130,54	943,83
Combustíveis	62 247,92	62 440,69
Água	(3,57)	6 250,99
Outros fluídos	991,43	1 468,37
Deslocações e Estadas	75 856,82	57 773,16
Transporte de Mercadorias	4 422,56	8 410,75
Rendas e Alugures	191 065,82	158 296,60
Comunicações	8 656,30	12 876,56
Seguros	38 170,23	34 225,86
Contencioso e Notariado	1 686,02	181,78
Despesas de Representação	692,00	
Limpeza, Higiene e Conforto	1 043,71	1 962,59
Outros Serviços	95 656,94	66 900,90
Totais	4 292 366,02	2 705 220,35

14.3 Benefícios de empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Gastos com pessoal	Período 2015	Período 2014
Remunerações Órgãos Sociais	178 578,24	77 337,62
Remunerações do Pessoal	888 294,01	1 030 844,96
Encargos com Remunerações	182 490,21	191 111,99
Seguros de Acidentes de Trabalho	24 446,17	19 827,22
Gastos de Acção Social	801,73	1 602,91
Outros Gastos com Pessoal	3 138,16	14 060,14
Totais	1 277 748,52	1 334 784,84

No exercício de 2015 a H-TECNIC registou um número médio de trabalhadores de 35 (o número médio de trabalhadores em 2014 foi de 38). Em 31.12.2014, a Empresa apresentava 36 trabalhadores no seu quadro de pessoal, enquanto a 31.12.2015 o número de trabalhadores era de 34 pessoas.

14.4 Outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas

As contas Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas apresentaram a seguinte decomposição no período de 2014 e 2015:

(valores expressos em euros)

		Período 2015	Período 2014
Outros rendimentos e ganhos	Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
	Descontos de Pronto Pagamento	707,48	313,23
	Rendimentos e Ganhos em subsidiárias	0,00	0,00
	Excesso de estimativa de imposto	7 643,32	0,00
	Correcções de exercícios anteriores	0,00	0,00
	Outros	22 500,00	3 626,02
	Total	30 850,80	3 939,25
Outros gastos e perdas	Correcções de exercícios anteriores	1 050,90	0,00
	Impostos e multas fiscais	68 268,35	12 403,57
	Perdas em investimentos não financeiros	0,00	0,00
	Outros	6 977,10	6 458,00
	Total	76 296,35	18 861,57



14.5 Juros e rendimentos similares obtidos e Juros e gastos similares suportados

As contas de juros referentes ao período de 2015 e 2014 apresentavam a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

		31.12.2015	31.12.2014
Juros e rendimentos similares obtidos	Juros e outros rendimentos financeiros	7,23	1 004,00
	Total	7,23	1 004,00
Juros e gastos similares suportados	Outros gastos e perdas financeiras	21 534,62	32 236,04
	Total	21 534,62	32 236,04

15. Responsabilidades da empresa por garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2015, existiam garantias de obras prestadas a clientes no valor de 963 383,12 euros.

16. Acontecimentos após a data do balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 23 de Maio de 2016.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Gerência.

Desde 31 de Dezembro de 2015 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

16/1



Técnico responsável

João Paulo Oliveira Batista

A Gerência

José Maria Pereira Coelho

João António C. Farinha

Handwritten mark



C
Handwritten signature

RELATÓRIO E CONTAS 2015

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

RELATÓRIO E CONTAS 2015

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Handwritten mark



RELATÓRIO E CONTAS 2015

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Handwritten mark



RELATÓRIO E CONTAS 2015

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS